



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

RESOLUÇÃO Nº 884 /2009

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

67ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM: 16/07/09

PROCESSO Nº.: 1/2817/2006

AUTO DE INFRAÇÃO Nº.: 1/ 200615264-1

RECORRENTE: GLAUCINEA MENEZES DE AGUIAR - EPP

RECORRIDA: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

AUTUANTES: Vera Lúcia Matias Bitu e Clinória Freire da Cruz

MATRÍCULAS: 103.088-1-X e 043262-1-0

RELATORA ORIGINÁRIA: Conselheira Eliane Resplande Figueiredo de Sá

RELATOR DESIGNADO: Conselheiro Vito Simon de Moraes

REVISOR: Conselheiro José Sidney Valente Lima

EMENTA: ICMS – 1. OMISSÃO DE RECEITAS – 2. A acusação fiscal versa acerca de omissão de receitas detectada por meio do levantamento financeiro/fiscal/contábil, no montante de R\$ 38.381,52. Recurso voluntário conhecido e provido. **3.** Auto de infração julgado **NULO**, por maioria de votos, em razão do cerceamento ao direito de defesa, ante a superficialidade do trabalho elaborado pelo autuante ao aquilatar os elementos de prova necessários à comprovação do ilícito fiscal. Reformada a decisão condenatória proferida pela 1ª instância, contrariamente ao parecer da *Consultoria Tributária*, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **4.** Decisão amparada no art. 53, *caput*, §3º do Decreto 25.468/99.

RELATÓRIO

A acusação fiscal versa sobre *omissão de receitas* detectada por meio do levantamento financeiro/fiscal/contábil, no montante de R\$ 38.381,52. O ilícito fiscal supramencionado teve origem em uma ação fiscal designada pela ordem de serviço nº. 2006.10797, objetivando executar *auditoria fiscal específica – fiscalização de contribuintes enquadrados em regime EPP*, referente ao período de 01/01/05 a 31/12/05 junto à contribuinte *Glaucinea Menezes de Aguiar EPP* enquadrada no CNAE como *comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns*. Auto de infração lavrado em 11/05/06, com fulcro no art. 92, § 8º da Lei 12.670/96.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

A ciência do início da ação fiscal foi realizada em 18/04/06 de forma pessoal, consoante comprova a aposição da assinatura do representante da empresa no termo de início de fiscalização às fls. 06, ocasião em que foi intimada a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, livros e documentos fiscais/contábeis descritos no termo retro.

A increpação fiscal, originalmente, foi instruída com o auto de infração nº. 1/200615264-1, informações complementares de fls. 03/04, ordem de serviço nº. 2006.10797, termo de início de fiscalização nº. 2006.09796 e termo de conclusão nº. 2006.12439, cópia dos *Dados Cadastrais do Contribuinte e dos Sócios e Contabilista*, cópia da *Demonstração do Resultado com Mercadorias - DRM*, cópia da *Demonstração das Entradas e Saídas de Caixa - DES*, cópia da *Composição do Crédito Tributário*, cópias de notas fiscais referentes às fls. 15/861, cópia do *Livro de Registro de Entradas* de fls. 862/945, cópia do *Livro de Registro de Saídas* de fls. 883, cópia do *Registro de Apuração do Imposto* de fls. 885/886, cópias dos *Relatórios da Pré-apuração*, cópias da *Lista de Códigos de Emitentes*, cópias de notas fiscais de fls. 951/1099, termo de juntada e pedido de dilação de prazo. O auto de infração descreveu o ilícito fiscal, *ad litteram*:

“OMISSÃO DE RECEITA IDENTIFICADA ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO FINANCEIRO/FISCAL/CONTÁBIL, SEM EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL. ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO FOI CONSTATADO QUE O CONTRIBUINTE OMITIU RECEITAS TRIBUTADAS NO ANO DE 2005 NO VALOR TOTAL DE R\$ 38.381,52 (TRINTA E OITO MIL TREZENTOS E OITENTA E UM REAL E CIQUENTA E DOIS CENTAVOS).”(sic).

Às informações complementares, as agentes fiscais em cumprimentos ao ato designatório expendido, após análise da documentação instrutória, constatou que a contribuinte omitiu receitas tributadas no exercício de 2005, motivo pelo qual foi lavrado o auto de infração.

As auditoras sugeriram como penalidade, a preceituada no art. 123, III, alínea “b” da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03, ou seja, o pagamento de multa equivalente a 30% do valor da operação ou da prestação. Por tais fatos, foi produzida a demonstração que se segue:



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Base de Cálculo	R\$ 0,00
Alíquota	0,00%
ICMS	R\$ 6.524,86
Multa (30%)	R\$ 11.514,46
Total a Pagar	R\$ 18.039,32

A contribuinte tomou ciência do auto de infração de forma pessoal em 17/05/06, consoante comprova a aposição da assinatura da representante da empresa às fls. 02, nos termos do art. 34, *caput*, do Decreto 25.468/99.

Nas razões defensórias, a empresa levantou preliminarmente nulidades processuais de caráter absoluto, quais sejam o cerceamento do direito de defesa, em decorrência da falta de apresentação dos relatórios de entradas, saídas, inventários e o totalizador anual, como também a falta de entrega à contribuinte de uma cópia dos relatórios em epígrafe, bem como alegou a falta de competência das autoridades fiscais designadas à realização da auditoria fiscal, pois as referidas auditoras fiscais ocupam cargos que não permitem o desempenho de atividade de auditoria. No tocante ao mérito, afirmou que em face das nulidades acima levantadas não se vislumbra a possibilidade de qualquer discussão processual, lembrando que em nenhum momento houve a omissão mencionada nos autos. Asseverou mais, que qualquer diferença encontrada caracterizando a suposta omissão deve-se ao fato de que as autoridades fiscais em tela não levaram em consideração o saldo inicial da conta caixa. Por fim, requereu que fosse decretada a extinção processual em face das nulidades levantadas e, caso assim não entenda o julgador, que seja julgado **IMPROCEDENTE** em virtude dos fundamentos demonstrados nas razões de mérito, ou mesmo, que seja baixado em diligência com a finalidade de conferir o trabalho de fiscalização.

A julgadora monocrática entendeu que os relatórios de entradas, saídas e inventários de mercadorias são utilizados em *Sistema de Levantamento de Estoque de Mercadorias*, procedimento diferente do utilizado pelas autuantes. No tocante à competência das agentes realizadoras da ação fiscal, entendeu a julgadora que as agentes possuem competência para desempenhar a atividade de auditoria fiscal, tendo por base o art. 813, § 1º do Decreto 25.468/99. Lembrou que embora tenha alegado a impugnante, a existência de erro, não existe qualquer prova que mostre claramente tal fato no procedimento fiscal, outrossim, foi indeferido o pedido de perícia em virtude da ausência de necessidade por terem sido consideradas as provas produzidas no processo. Por fim, restou detectada a infração em virtude da omissão realizada pela autuada, julgando **PROCEDENTE** a ação fiscal devendo a autuada ser intimada a pagar, no



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

prazo de 20 (vinte) dias o valor apontado na inicial, mais os devidos acréscimos legais, ou querendo em igual tempo recorrer da decisão junto ao egrégio *Conselho de Recursos Tributários*.

A autuada foi intimada da decisão **PROCEDENTE** da instância singular, pelos correios em 07/10/08, consoante termo de juntada acostado aos autos às fls.1118/1119, a dicção do art. 26, II da Lei. 12.732/97.

Foi acostado às fls. 1.120 dos autos o pedido de dilação de prazo por parte da autuada, ao que foi prontamente deferido.

A contribuinte insatisfeita com a decisão da instância singular apresentou recurso voluntário tempestivo às fls. 1124/1133, repisando os argumentos impugnatórios no tocante às nulidades levantadas quanto ao cerceamento do direito de defesa bem como a incompetência das autuantes. Lembrou que a ação fiscal deve ser realizada dentro dos parâmetros legais, e devido a esse fato faz-se mister que as agente fiscais possuam competência à realização do procedimento. Pertinente ao mérito, sobejou a recorrente que houve falha na autuação das auditoras fazendárias pois não foi levado em consideração o saldo inicial da conta caixa disponível, saldo esse que deveria ter sido considerado. Lembrou que simples suposições não possuem o condão de instruir uma autuação fiscal e, por esse fato, foi requerida a perícia pela contribuinte para que pudesse ser feito um embasamento técnico analisando de maneira mais profunda os dados. Vislumbrou que em nenhum momento ocorreu a omissão, pois a impugnante realiza as suas atividades dentro dos parâmetros legais, não estando passível de concorrer para a omissão. Por fim, requereu que fosse julgado **IMPROCEDENTE** o auto de infração em razão da insubsistência da ação fiscal, bem como o cerceamento do direito de defesa e a notória incompetência dos agentes fiscais. Repisou o pedido de perícia, que foi negado a priori.

A *Consultoria Tributária* através do Parecer 493/08, primeiramente, rebateu a nulidade pertinente ao cerceamento de defesa, pois em análise às peças recursais que compõem os autos processuais chegou à conclusão que os fiscais agiram em conformidade com as disposições contidas na legislação, porquanto o levantamento fiscal foi realizado com base nos dados financeiros da empresa. Pertinente à incompetência, lembrou que os ocupantes do cargo de *Auditor Adjunto do Tesouro Estadual* são perfeitamente capazes para exercer atribuições específicas de fiscalização, tendo por base o art. 813, §1º, VI do Decreto 24.569/97. Por fim, afirmou que a decisão singular encontra-se devidamente fundamentada, e que a impugnante não trouxe aos autos nenhum documento que comprovasse suas alegativas, ademais vislumbrou o indeferimento novamente da perícia em razão de considerar desnecessário por causa das provas já



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

produzidas no processo. Ao final, opinou pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, para manter a **PROCEDÊNCIA** da ação fiscal.

Os autos foram encaminhados, para apreciação do representante da douda Procuradoria Geral do Estado, que se manifestou pelo acatamento do referido parecer, que dormita às fls. 1136/1140 dos autos.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso voluntário interposto por **GLAUCINEA MENEZES DE AGUIAR - EPP** em face de **CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**, concernente ao auto de infração sob o nº. **1/200615264-1**, através do qual, a recorrente se insurgiu contra a Decisão proferida pelo julgador singular. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

No processo *sub examine*, a recorrente foi autuada por *omissão de receitas* detectada por meio do levantamento financeiro/fiscal/contábil, no montante de R\$ 38.381,52.

Antes de entrar nos meandros meritórios da questão, existem obstáculos preliminares a serem examinados, senão vejamos:

Em análise aos documentos que embasam a ação fiscal, evidenciam-se erros cometidos pela fiscalização que maculam a ação fiscal de forma irremediável.

Às fls. 08, o agente fiscal informou os valores referentes aos Estoques Inicial que deveriam ser utilizados na *Demonstração do Resultado com Mercadoria - DRM*. Ocorre que observando a *Demonstração de Entradas e Saídas de Caixa - DESC* percebe-se que o trabalho do autuante restou omissos em fundamentos essenciais ao deslinde da contenda.

A *Demonstração de Entradas e Saídas de Caixa - DESC* deverá ser elaborada contemplando elementos básicos, a saber: saldos iniciais e finais, despesas operacionais, outros ingressos, dentre outros. Estas informações além de robustecer os elementos fáticos da



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

ação fiscal, refletem para o contribuinte o exercício pleno no direito a ampla defesa e o contraditório.

Neste azo, é ofuscante o entendimento da legislação, onde toda a documentação que vai instruir o Processo Administrativo Fiscal deve conter provas inequívocas e concisas que comprovem de maneira satisfatória a relação de causalidade entre a infração cometida e o fato gerador da obrigação e da constituição do crédito tributário. A *Demonstração de Entradas e Saídas de Caixa – DESC* que instrui o processo contém informações insuficientes e não demonstram de forma efetiva, a infração do libelo inicial. A documentação em exame somente aponta frágeis **indícios**, que levam a presunção da ocorrência do fato gerador possivelmente ocultado. Apenas a existência de meros indícios ou presunções não podem servir de alicerce seguro a caracterização do crédito tributário.

O entendimento supracitado encontra eco no Contencioso Administrativo Federal na jurisprudência firmada, pelo egrégio 1º Conselho de Contribuintes, 2ª Câmara, Acórdão 102-43.765. Rel. Conselheiro Francisco de Paula Corrêa Carneiro Giffoni. DOU 26.07.2000, p. 4, *in verbis*:

“Meros indícios de faturamento, desconectados de outros elementos fáticos e contábeis, não são suficientes para suportar a presunção legal de omissão de receitas tributáveis”.

Destarte, o feito se apresenta sem força suficiente para ensejar a condenação do contribuinte. As balizas norteadoras do processo administrativo fiscal asseguram a busca da verdade real, sempre em consonância ao princípio da imparcialidade, afigurando-se de maneira inaplicável, o princípio *in dubio pro fisco*. O arbitramento não tem consistência fática e legal para ensejar o crédito tributário.

Por conseguinte, a acusação fiscal fora decorrente da violação das normas jurídico-tributárias e o Estado objetivando disciplinar sua tributação, fiscalização e arrecadação preconizam tais normas. Assim, a desobediência a estas constitui ilícito.

A insustentabilidade da exação fiscal recai de modo irrecusável e inquestionável, sem julgamento do mérito, com supedâneo no art. 53, *caput*, §3º do Decreto 25.468/99, consoante transcrito, *ipsis litteris*.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Art. 53. São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de quaisquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora.

§ 3º Considera-se ocorrida a preterição do direito de defesa em qualquer circunstância em que seja inviabilizado o direito ao contraditório e à ampla defesa do autuado.

Isto posto, observo que frente ao conjunto probatório, a conclusão mais consentânea com a justiça fiscal é declarar a nulidade da presente peça acusatória, devido a inconsistência encontrada nos autos em epígrafe.

Ex positis, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para reformar a decisão condenatória proferida pela 1ª instância, declarando em grau de preliminar e por maioria de votos, a **NULIDADE** processual, considerando os fundamentos de que os levantamentos foram produzidos com a ausência de elementos essenciais, comprometendo o contraditório e a ampla defesa, contrariamente ao parecer da *Consultoria Tributária*, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o VOTO.



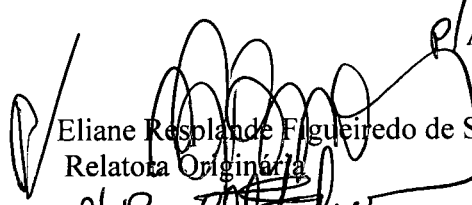

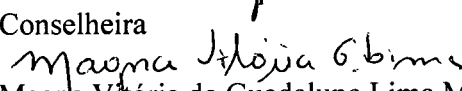
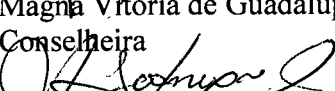
**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

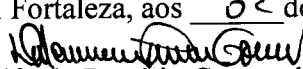
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

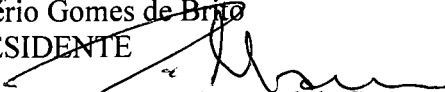
DECISÃO

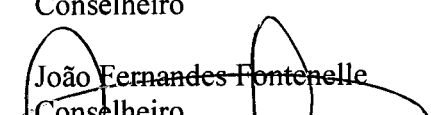
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **GLAUCINEA MENEZES DE AGUIAR - EPP** e recorrida **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**. A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para reformar a decisão condenatória proferida pela 1ª instância, declarando em grau de preliminar e por maioria de votos, a **NULIDADE** processual, considerando os fundamentos de que os levantamentos foram produzidos com a ausência de elementos essenciais, comprometendo o contraditório e a ampla defesa, conforme voto do relator designado para lavrar a respectiva resolução, Dr. Vito Simon de Moraes, contrariamente ao parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Vencido o voto da conselheira Eliane Resplande (relatora originária) que se manifestou contrária a nulidade. Presente, para apresentação de defesa oral, o representante legal da recorrente, Dr. João Pereira Gomes.

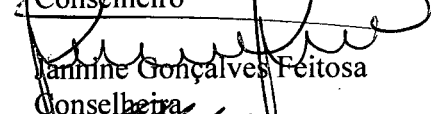
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 02 de 09 de 2009.


Eliane Resplande Figueiredo de Sá
Relatora Originária

Andrea Machado Napoleão
Conselheira

Magna Vitória de Guadalupe Lima Martins
Conselheira

José Sidney Valente Lima
Conselheiro Revisor


Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE


Cid Marconi Gurgel de Souza
Conselheiro


João Fernandes Fontenelle
Conselheiro


Janine Gonçalves Feitosa
Conselheira


Vito Simon de Moraes
Relator Designado

Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO